

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Luciana Silva dos Santos ¹
Gilmara Flora de Queiroz Xavier ²
Carlos Kleber Sobral Corlett ³

RESUMO

Este artigo busca analisar a importância do processo de alfabetização e letramento numa dinâmica que embora ambos os termos sejam distintos devem acontecer de forma paralela no processo de ensino-aprendizagem na educação, aqui nosso foco será voltado a crianças com deficiência intelectual. Esses termos distintos foram confundidos como equivalentes na educação, porém entende-se que eles são como um quebra cabeça, que se encaixam um no outro unificando o processo. A alfabetização refere-se ao domínio do sistema de escrita alfabético, se relaciona com processo de aquisição das habilidades de ler e escrever. E letramento, ao processo de habilidade de ler, escrever e articulá-la com seu uso social. Por se tratar de ser um tema de suma importância na educação trazendo contribuições significativas, foi refletida a seguinte problemática em questão: quais os principais desafios do processo de alfabetização e letramento de crianças com deficiência intelectual e a importância desse debate no contexto atual? No objetivo geral, apresentamos análises a partir de revisões literárias sobre a importância desses processos no que se diz respeito a aquisição de habilidades de leitura e escrita das crianças com deficiência intelectual. Optamos por uma pesquisa qualitativa, tendo como base a pesquisa bibliográfica, ancorada nos principais autores de comungam com tema como: FREIRE (2013), SOARES (2004) e FERREIRO (2015). Seguramente são muitos os desafios encontrados nesse processo, mas é papel da escola encontrar os melhores métodos para que todos/todas os alunos/alunas se alfabetizem. O professor alfabetizador precisa compreender a dinâmica de alfabetizar e letrar utilizando estratégias adequadas para o/a aluno/aluna com DI. Nesse viés a busca deve ser de todos os envolvidos no processo educativo, para que ambos possam identificar as dificuldades e potencialidades da criança. Esse conhecimento é fundamental para as adaptações curriculares.

Palavras-chave: Inclusão, Alfabetização, Deficiência Intelectual, Adaptação Curricular.

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade UNIESP- Centro Universitário;
Pós-graduanda do curso de Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade UNIESP- Centro Universitário;

Mestranda em Políticas Educacionais pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, E-mail: luciannasilva101@gmail.com

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB;
Pós-graduada em Educação Especial pelo Núcleo de Educação Especial- UFPB;
Mestranda em Políticas Educacionais pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, E-mail: gilmara_flora@hotmail.com

³ Pós-graduado em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Integradas de Patos, FIP;
Pós-graduado em Supervisão e Orientação Escolar pelo CINTEP e Instituto Superior Nossa Senhora de Lourdes;
Pós-graduado em Gestão Escolar pela faculdade Unypública;
Mestrando em Políticas Educacionais pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, E-mail klebercorlett@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O primeiro contato das crianças com alfabeto geralmente é nas escolas, embora saibamos que no seu cotidiano já convivam com elas antes mesmo do domínio do processo funcional da leitura e escrita, porém vale destacar que é na escola seu contato direto e com intencionalidade. Perceber essa diferença é fundamental e distingue os conceitos de alfabetização e letramento.

A escola tem um papel muito importante nesse processo, bem como o trabalho do próprio professor em estimular a criança à aprendizagem. A criança de início faz sua leitura de mundo, passando aos poucos a juntar as letras, sílabas, palavras e depois começa a ler e escrever, logo está formando frases e depois textos que aos poucos vão se aprimorando com coesão e coerência.

Neste viés, embora ambos sejam distintos devem acontecer de forma simultânea, em prol a colaborar com processo formativo de ensino-aprendizagem da criança. No processo de alfabetização e letramento da criança com deficiência intelectual, pais e profissionais da educação, em especial o professor, costumam encarar esse processo como um grande desafio, até porque as especificidades dos laudos clínicos que envolvem o DI, exigem uma gama de metodologias adequadas, para que realmente se pratique uma Educação Inclusiva, no seu sentido real, levando em consideração as especificidades clínicas, dificuldades e habilidades das crianças, para que então seja realizada a adaptação curricular.

Logo o estudo justificou-se pela proposta de análises e reflexões a partir de pesquisas bibliográficas, que discorrem sobre a importância da flexibilização do currículo pautados num trabalho conjunto entre família, escola e profissionais clínicos que atendem a criança fora da escola, como fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos, entre outros. Portanto, o foco aqui é trazer contribuições acerca de um tema que precisa ser abordado, discutido, e que seja adepto de mudanças de atitudes, num universo que clama por práticas pautadas nos princípios da Educação Inclusiva, direito esse, que é garantido por leis que regem os documentos oficiais da Educação.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, em que a partir de artigos, livros publicados, consultas em documentos oficiais, foi possível se tecer análises e reflexões sobre a importância e principais desafios encontrados pela escola no processo de alfabetização e letramento da criança com deficiência intelectual. Tais estudos permitiram a obtenção de

conhecimentos que são de suma importância na área da Educação, bem como sua relevância para a prática real da Inclusão. Dessa forma, esse tipo de pesquisa pode nos aproximar teoricamente sobre o que é, alfabetização e letramento e que ambas devem caminhar juntas com objetivo do progresso no processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiência intelectual, favorecendo a equidade bem como a inclusão escolar, e que nos traz a reflexão do nosso papel como profissionais da educação.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Debatendo sobre Educação Inclusiva no Brasil e sua aplicabilidade na perspectiva de Deficiência Intelectual

Na Antiguidade os deficientes eram vistos como impuros, sendo ignorados, abandonados e segregados da sociedade. No século XVIII a DI era confundida com doença mental, e era tratada pela medicina com a segregação do seu local de pertença, essas pessoas eram afastadas de sua família mantendo-as distantes em instituições, ficando isoladas da sociedade, um modelo cruel de exclusão e falta de humanidade e compaixão social com o próximo.

Foi em meados do século XX, que o debate acerca da integração das crianças deficientes no Ensino Regular foi ganhando força e gerando transformações e temas relacionados a inclusão, passaram a ser mais debatidos. É na Idade Contemporânea que as pessoas começam a serem pensadas de acordo com as relações que mantêm com as outras pessoas. E é nesse contexto, que as posturas com relação à pessoa com deficiência física e/ou intelectual modificam-se, surgindo as oportunidades educacionais e de integração social. Essa vitória foi alcançada pelas extensas lutas de pais de crianças com deficiência, movimentos sociais que dentre várias conquistas, tem-se a Declaração de Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação especial, em Salamanca, na Espanha (1994) com o objetivo de facilitar o processo de ensino e aprendizagem dessas crianças. É nesse contexto, que a criança com deficiência passou a ser incluída em sala regular saindo da segregação, bem como ter direito ao atendimento educacional.

As Políticas de inclusão, tem como dever garantir o acesso e permanência da criança à escola, e que estas saiam do papel e comecem a acontecer de fato em todas as escolas do país, porém muitas das vezes há um descaso, principalmente em escolas de bairros de periferia, e crianças acabam abandonando os estudos.

De acordo com Silva (2016, p. 167):

Pensar em educação de todos no processo educativo, implica em considerar o contexto social, cultural e econômico em que o processo de exclusão, características da

sociedade capitalista, desconsidera o atendimento às necessidades do ser humano. Apontamos que a inobservância ou a recusa em atender as especificidades dos estudantes, na maioria das vezes conduz à seleção, abandono e evasão escolar.

É preciso a efetivação e a garantia da aplicabilidade da lei brasileira nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, Estatuto da Pessoa com Deficiência – série legislação nº 200). Em seu capítulo IV (artigos 27, 28 e 30), constitui o direito a pessoa com deficiência, e o acesso ao sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda vida. A LBI (Lei Brasileira de Inclusão) tem como base a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ser incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro com o status de emenda constitucional. O estatuto incube ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar os sistemas educacionais, para que desenvolvam a acessibilidade, permanência e um atendimento especializado, assim como adaptações razoáveis para garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade.

A Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2017) compõe a política curricular nacional, no sentido de estabelecer a necessidade de cada ente federado elaborar ou reelaborar seus currículos, com flexibilizações e adaptações, delegando as instituições escolares a elaboração do seu Projeto Político Pedagógico ou sua Proposta Pedagógica, no sentido de considerar as necessidades, os interesses e as potencialidade de cada estudante.

flexibilização e adaptações curriculares que considerem os conteúdos básicos e instrumentos dos conteúdos básicos, metodologia de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola respeitada a frequência obrigatória.” (BRASIL, 2001b)

A criança com DI enfrenta desafios no processo de alfabetização e letramento, pois há um atraso significativo em seu processo cognitivo Pacheco (2007). A leitura e escrita para crianças com DI podem ser complexas dependendo do seu nível de comprometimento neural, além de serem processos complexos, as dificuldades podem ocorrer de diversas maneiras, portanto faz-se necessário que o professor, entendendo essas lacunas apresentadas, possa desenvolver um trabalho diagnóstico, levantando as dificuldades e habilidades, para que assim, planeje de forma objetiva e repetitiva, atividades voltadas ao processo de alfabetização e letramento do aprendente com DI. Independentemente da deficiência, o professor é o mediador e o condutor da aprendizagem, e deve gerar vínculo afetivos com aluno em prol do seu desenvolvimento cognitivo que vá além da sala de aula.

O termo “deficiência intelectual”, nem sempre foi esse, pois ao longo da história sofreu mudanças de nomenclatura como Deficiência Mental e Retardo Mental, e vem sendo usado desde 2001 como DI desde 2001, quando no momento da Declaração de Montreal definiu-se que seria o termo mais apropriado para as pessoas com a deficiência, que tem déficits cognitivos e interferem em processos socioeducativos.

Em um estudo mais atualizado pode-se citar conforme o DSM IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), no CID 10 (Classificação Internacional de Doenças), que a partir do ano de 1997, o termo deficiente intelectual é compreendido “por um comprometimento, durante o período de desenvolvimento, das faculdades que determinam o nível global de inteligência” (CID 10,1995). De acordo com a Classificação Internacional das Doenças, da Organização Mundial de Saúde (CID-10, 1998), define e classifica a DI em 4 níveis, levando em considerações os resultados nos testes de Quociente de Inteligência (QI) e na capacidade funcional da pessoa:

- Retardo mental leve (Qi entre 50-69)
- Retardo mental moderado (Qi entre 35-49)
- Retardo mental grave (Qi entre 20-40)
- Retardo mental profundo (Qi abaixo de 20)

Pessoas com deficiência intelectual (DI) podem processar as informações mais lentamente, ter dificuldade na comunicação, nas habilidades cotidianas e com conceitos abstratos. A deficiência intelectual pode ser causada por uma condição genética, problemas na gravidez e no parto, doenças e fatores ambientais. A DI atinge em torno de 3 a 4% das crianças, que apresentam comportamentos abaixo do esperado para a sua idade cronológica, dificuldades de adaptação, na aprendizagem — demoram mais tempo para aprender o mesmo conteúdo — e em muitas situações do cotidiano, por não conseguirem compreender sinais ou situações sociais. NEUROSABER, (2021).

2 ALFABETIZAÇÃO X LETRAMENTO: PEÇA CHAVE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM À CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A princípio não há como falar em Alfabetização e letramento sem antes compreendermos que ambos mesmo sendo distintos um relaciona-se com o outro, por conta disso ainda há uma falta de clareza referente aos seus conceitos.

O processo de alfabetização ou letramento é dar possibilidades a pessoa relacionar-se com o mundo da leitura e escrita. Soares (2007) destaca que a alfabetização permite que o sujeito se torne capaz de usar a habilidade de leitura e escrita com todas suas funções. O processo de alfabetização e letramento é processual e depende de cada criança e os estímulos a qual recebe, a criança com deficiência intelectual tem capacidades de aprender junto com as demais, e isto é estabelecido por lei, pelas políticas públicas de inclusão. Vale destacar que a criança ao nascer vai construindo, descobrindo e aprendendo com a leitura de mundo a qual ele faz, embora que esses estímulos não sejam intencionalmente a criança como um todo está tendo desenvolvimento cognitivo.

Ainda conforme Soares é:

Que as crianças desde que nascem “são construtoras de conhecimento”. No esforço de compreender o mundo que as rodeia, levantam problemas muito difíceis e abstratos e tratam, por si próprias, de descobrir respostas para eles. Estão construindo objetos complexos de conhecimento e o sistema de escrita é um deles (2007).

Para melhor compreendermos vejamos a diferença de ambos os processos.

ALFABETIZAÇÃO

Domínio do funcionamento do sistema de escrita alfabético, processo de codificação e decodificação da escrita e numeração.

A alfabetização está relacionado com o processo de aquisição das competências de ler e escrever.



LETRAMENTO

Práticas e usos sociais da linguagem escrita. Refere-se a organização de discursos, capacidade de reflexão, interpretação e compreensão textual.

O letramento vai além da visão da aquisição da proficiência de leitura e escrita. Domínio das competências de leitura, escrita, a partir da articulação da fala no seu uso social e cultural, isto é oralidade.



Para o processo de alfabetização a Base Comum Curricular (BNCC), traz diretrizes específicas para o processo de alfabetização, a qual indica que esse processo aconteça até os dois primeiros anos do Ensino Fundamental. O processo de letramento deve acontecer ao longo da escolarização, inclusive antes do processo formal de alfabetização de uma criança, ou seja, conforme a BNCC, é indicado que o processo de letramento já devam ser estimuladas desde o início da Educação Infantil. Assim pode-se refletir

Dado exposto compreende-se que a alfabetização e o letramento estão intrinsecamente ligados e são a peça chave, e esse processo deve possibilitar aprendizagem e ocasiões, em que as crianças com deficiência intelectual sejam ativas, e não excluídas no processo, isto é, inseridas em contato com as práticas sociais de leitura e de escrita com a demais crianças, no qual o professor é o orientador, o responsável da alfabetização e letramento, e as crianças se apropriam e compreendem o processo de ler e escrever, principalmente quando se sentem parte do processo.

Nesse sentido para Ferreiro:

Transitar com eficiência numa intrincada trama de práticas sociais ligadas à escrita. Ou seja, produzir textos nos suportes que a cultura define como adequados para as diferentes práticas, interpretar textos de variados graus de dificuldade em virtude de propósitos igualmente variados, buscar e obter diversos tipos de dados em papel ou tela e, não se pode esquecer, apreciar a beleza e a inteligência de um certo modo de composição (2003).

Se as crianças sem deficiência não se sentem parte do processo, como as com DI se sentirão? É de suma, salientar que embora tenham limitações, as crianças com DI tem possibilidades de aprender, e suas habilidades e potencialidades devem ser valorizadas. Nesse sentido a pessoa com DI devem ser reconhecidas pela sociedade como indivíduo de autonomia de agir, escolher e superar suas dificuldades.

Além dessas questões e dependendo da área afetada do cérebro, ela pode ter outras aptidões diferentes, isto é, outros tipos de inteligências.

2 A IMPORTÂNCIA DE ALFABETIZAR LETRANDO

De acordo com Silva e Ferreira (2007) o tema sobre alfabetização tem gerado grandes avanços na discussão teórica, tendo em vista que só tem a agregar na área de educação e outros

campos do conhecimento como: Psicologia, Sociologia, Filosofia, História da educação, Literatura, Psicopedagogia, Neuropsicopedagogia entre outros.

Nesse sentido para tornar o aprendizado da criança com deficiência intelectual significativa é necessário que o professor use metodologias, a qual o aluno possa ser colocado de início na leitura de mundo Conforme (FREIRE), ou seja, com aquilo que realmente faça sentido para ela.

A aprendizagem precisa ser prazerosa e dinâmica, a criança precisa se sentir parte do processo, mesmo com suas limitações, pois através dos estímulos, se sentirão capazes de ultrapassar. Para acontecer práticas pedagógicas no ambiente escolar de alfabetização e letramento, é preciso considerar atividades diversificadas, fazendo com que os alunos tenham domínio de interpretar e compreenderem o sentido da palavra, nisto a metodologia é de suma importância, as dinâmicas do professor alfabetizador precisa possibilitar o contato com a leitura e escrita de forma que elas aprendam com a ludicidade.

É notório que não exista uma fórmula, ou método pronto para se alfabetizar e letrar, mais vale destacar que especialistas comprovam o poder do lúdico, dinâmicas, jogos e brincadeiras e variadas leituras para estimular o processo.

Assim podemos citar algumas ações para serem desenvolvidas com aluno com deficiência, referente a leitura, escrita e oralidade, tais como: Contação de histórias, produção textual, construção de frases, ditado doce, aula de campo, bingo de palavras, leitura deleite, leitura compartilhada, pesquisas entre outras.

Nesta feita o professor precisa planejar de que forma ele pode realizar as atividades com todos alunos, compreendendo a realidade e limitações da criança com DI, fazendo-a se sentir ativa e feliz.

Para tanto conforme Rojo (2009, p.11) :

Defendo que um dos objetivos principais da escola é possibilitar que os alunos participem das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita (letramentos) na vida da cidade, de maneira ética, crítica e democrática.

Como educadores transformadores de mente pensantes, faz-se necessário pensar e repensar nossas práticas, isto não quer dizer que não fazemos isso, mais em outra perspectiva em refletir o que é de fato alfabetização e letramento e traçar caminhos frente a dificuldades encontradas ao ensino de crianças com DI.

Dado exposto Oliveira, 2021, traz riquíssimas contribuições para o trabalho com crianças com Deficiência Intelectual. Vejamos algumas dicas:

Estude sobre o processo de alfabetização geral, quais são as etapas de aprendizagem e como é construído o processo de codificação e decodificação do nosso idioma, com bases fonéticas; Compreenda as características gerais que pessoas com Deficiência Intelectual podem apresentar e que impactam no processo de ensino e aprendizagem; Faça um sondagem qualitativa das habilidades e dificuldades que o estudante com deficiência intelectual apresenta, para saber da onde irá iniciar; Estabeleça suas metas de forma objetiva e alcançável, metas muito amplas ou imprecisas não auxiliarão no planejamento e na verificação dos avanços; Organize o seu planejamento elencando as atividades que precisam ser permanentes, semipermanentes ou sequenciadas na rotina do estudante, a partir da sua avaliação inicial e das metas assertivas estabelecidas; Uma atividade mediana com uma intervenção assertiva e qualificada é mais efetiva do que uma atividade "maravilhosa" sem uma intervenção direcionada; Não limite o acesso ao currículo só por que o estudante não está alfabetizado. Precisamos trazer sempre o contexto curricular em nossas práticas, permitindo que a aprendizagem se torne significativa, ampliando o engajamento do estudante; Reavalie, sempre! Não esqueça de sempre checar se as metas estabelecidas estão sendo atingidas e estabelecer os próximos passos no processo.

RESSULTADO E DISCUSSÕES

De acordo com os dados produzidos em nossa pesquisa, foi possível observar e analisar, o quanto a educação inclusiva avançou em vários aspectos nos séculos XX começando a ganhar uma nova configuração no que se diz respeito a inclusão da criança no Ensino Regular. É na Idade Contemporânea que as pessoas começam a serem pensadas de acordo com as relações que mantêm com as outras pessoas. E é nesse contexto, que as posturas com relação à pessoa com deficiência física e/ou intelectual modificam-se, surgindo as oportunidades educacionais e de integração social.

Essa vitória foi alcançada pelas extensas lutas de pais de crianças com deficiência, movimentos sociais que dentre várias conquistas, tem-se a Declaração de Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação especial, em Salamanca, na Espanha (1994) com o objetivo de facilitar o processo de ensino e aprendizagem dessas crianças. A luta e movimento pela inclusão leva para sociedade a um novo olhar e reflexão, em busca da convivência e do respeito mútuo tendo em vista que vivemos em uma sociedade diversificada, abandonando a ideia de que a educação só pode ser dada com a segregação de ambos sujeitos (criança com e sem deficiência). Diante de todo exposto a educação inclusiva tem se destacado com discussões não apenas no campo da educação mais também na saúde.

Os estudos e pesquisas que aqui foram analisados, apontam para o principal desafio relacionado a aprendizagem, e em particular ao processo de alfabetização e letramento das crianças com DI, sendo ele, um olhar necessário para compreender que os processos cognitivos de uma criança sem deficiência que muito cedo simboliza, observa, guarda na memória, planeja, ou seja, seu desenvolvimento cognitivo é de acordo com os parâmetros da normalidade. No

entanto, na aprendizagem da criança DI se faz necessário considerar as lacunas concorridas no desenvolvimento desse aluno/aluna. Criança DI tem déficit na comunicação, linguagem, esquema corporal, na função executiva e por isso apresentam dificuldade em planejar e executar necessitam de mais tempo, mais repetição, de estímulo. As ações do professor devem ser pautadas por um ensino diferenciado que possibilitem a melhora de seu desempenho e contemple suas habilidades para aprendizagem.

O professor é o mediador, articulador de todo o processo e deve pensar em atividades para alfabetização, propondo atividades diversificadas que estejam alinhadas a necessidade/realidade individual de cada aluno (a) com Deficiência Intelectual, ele deve ser pesquisador, em outras palavras, estar sempre em busca de novos desafios e conhecimentos que garantam o sucesso de seu trabalho, visando um trabalho humano com objetivo de auxiliar seu alunado nas questões de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo procuramos enfatizar a importância e os desafios encontrados pela escola no processo de alfabetização de crianças com Deficiência Intelectual. Nossa proposta foi trazer reflexões a partir da literatura científica, trazendo contribuições teórico-metodológicas que nos fizessem, repensar as nossas práticas pedagógicas, bem como, entender que existem sim, metodologias que podem ser utilizadas para favorecer a alfabetização e o letramento dessas crianças, rompendo a exclusão.

Essa análise ajuda-nos a refletir sobre o quanto é urgente e quão importante é, trazer contribuições a esse público gerando inquietações, discorrendo sobre uma perspectiva de educação para todos, e cabe a escola trabalhar, juntamente com a participação da família no processo de alfabetização e letramento da criança com deficiência. Este direito é garantido por lei nos documentos oficiais e normativos da educação, como foi abordado no nosso referencial teórico, porém, os profissionais da educação e todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem, precisam garantir a sua aplicabilidade a partir das políticas e práticas educativas desenvolvidas na escola.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter nos dado a possibilidade (saúde, força, entendimento), para podermos estar trazendo contribuições na área da educação para professores,

pesquisadores, estudantes e até mesmo para pais ou familiares que desejam se aprofundar no estudo à pessoa com DI. As nossas famílias pelo apoio e estímulos que servem de reforçador positivo, aos amigos (as), que passaram em nossa vida acadêmica e deixaram suas marcas e contribuições para nosso amadurecimento acadêmico, sabemos que não se é possível chegar em algum lugar sem o apoio de alguém, e que a cada degrau da vida é para que sejamos mais gratos a Deus pela oportunidade de fazer a diferença.

Em fim a, agradeço a todas as pessoas nos ajudaram direta e indiretamente em toda nossa carreira acadêmica.

REFERÊNCIAS

American Association on Mental Retardation [AAMR]. **Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio** (10 ed.). Porto Alegre: Artmed, (2006).

AAMR- American Association on Mental Retardation (2006). **Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio**. (10 ed.). Porto Alegre: Artmed.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB n. 02 de 11 de setembro de 2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001, p, 42.

DSM IV Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 1995

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986. 300 p.

FERREIRO, Emília. **Matéria alfabetização e cultura escrita**. São Paulo: Nova Escola, p. 27-30. 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, 254 p.

PACHECO, J. **Caminhos para inclusão: guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

ROJO, R. **Letramento múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo. Parábola Editorial. 2009

SOARES, Magda Becker. Letramento e escolarização. **In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, p. 89-113, 2003.

SILVA, L. L. M. da; FERREIRA, N. S. de A. **Um livro, um evento, um tema: a alfabetização**. In: SILVA, E. T. da (org.). **Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, Sandra Salete de Camargo. **Nuances entre o texto e contexto nas políticas de inclusão educacional**. In: UJIIE, Nájela Tavares. **Psicopedagogia Clínica e Institucional: nuances nexos reflexos**. Curitiba: CRV, 2016, p. 167.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. 9. ed. São Paulo, Cortez, 2010. 103 p.

_____. As muitas facetas da alfabetização. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 52, p. 19-24, fev. 1985.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. n. 25, p. 5-17, 2004.

_____. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 3. ed. 2007. 128 p.

_____. **Alfabetização em processo**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 168 p.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre os princípios políticos e práticos na área das necessidades educativas especiais**. 1994, p18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca>. Acesso em 01 de mar de 2024.

UNESCO – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA ESPANHA – **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO**- CORDE- Ministério da Justiça- Brasília, 1994.

Oliveira, Fabiana Leme de, Como Alfabetizar uma Criança com Deficiência Intelectual. INCLUTOPIA, 2021. Disponível em: <https://www.inclutopia.com.br/l/como-alfabetizar-uma-crianca-com-deficiencia-intelectual/> . Acesso 29 de fev de 2024.

Quais são os tipos de Deficiência Intelectual? NEUROSABER, 2021. Disponível em: <https://institoneurosaber.com.br/quais-sao-os-tipos-de-deficiencia-intelectual-2/>. Acesso em 02 de mar de 2024.